



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações etno-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

[SENZALAS: ARQUITETURAS HISTÓRICAS DE CONFINAMENTO E MEMÓRIA INDESEJADA]

BÁRBARA MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA¹

Resumo: Apresentaremos alguns quesitos levantados durante a pesquisa para composição da dissertação acadêmica “*Senzala: memória indesejada.*”, que segue em andamento, e que parte da mesma autora. Temos nesse artigo, de modo preliminar, uma leitura das senzalas brasileiras como dentro do conjunto de arquiteturas históricas de confinamento; compreendendo sua presença e ausência dentro do campo da preservação de bens culturais no país, com a formação, manutenção e direcionamento dela como memória coletiva, ao longo dos anos pós abolição da escravatura. E fazendo uma tensionamento dessa arquitetura e sua própria memória com o mito da democracia racial, para entender três categorias de análise: as romantizações, os apagamentos e as distorções. A partir de revisão bibliográfica em livros, dossiês, artigos científicos etc. direcionando foco sobre objeto de estudo, ou seja, a memória das senzalas brasileiras, seguirá em análise, porém aqui teremos uma leitura que apresenta recortes específicos do estudo maior, como já mencionado, que se encontra em andamento.

Palavras-chave: senzalas, memória, patrimônio.

Esse artigo foi desenvolvido a partir de trechos do andamento da dissertação acadêmica da mesma autora, que segue como mestranda do programa de pós graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPG-AU UFBA). É importante enfatizar que a totalidade da pesquisa segue sob a orientação da dra. Gabriela Leandro Pereira (professora adjunta da Faculdade de arquitetura da UFBA e professora permanente do PPG-AU UFBA) e com a colaboração do grupo de estudos Corpo, discurso e território, da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Antes de prosseguirmos é fundamental justificar o uso da expressão “*arquitetura histórica de confinamento*” (OLIVEIRA, 2020), no qual definimos as senzalas ao longo de toda essa pesquisa, a fim de distanciar de qualquer definição que as enquadre como possíveis “*habitações de escravos*” (AZEVEDO, 1990; GOMES, 2006; WEIMER, 2014), uma vez que as condições sub humanas impostas sobre as pessoas africanas e afro-brasileiras que estavam forçosamente alojadas nessas construções impossibilitam esse caráter do habitar livre. Senzalas não se enquadram como uso habitacional, ou seja, é ilegítimo sustentar essa suposta condição enquanto cativos.

Todo esse estudo, voltado as senzalas coloniais brasileiras, segue um propósito maior, que é estabelecer um lugar político para essa arquitetura histórica de confinamento e

¹ Bacharel em arquitetura e urbanismo pela UFPE e Mestranda PPG-AU UFBA.
oliveira.barbara07@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações etno-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

essa memória coletiva, ainda indesejada para diversas instâncias. Estamos elaborando um trabalho compreendido pelo seu próprio caráter político, de levante de um tema tão complexo, romantizado, apagado e distorcido; tensionando campos como o da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro e, também, o da formação de arquitetura e urbanismo. O diálogo se estende por muitos outros campos afins.

Importante salientar que não pretendemos aprofundar nesse texto sobre outros tipos de arquitetura histórica de confinamento, ou seja, sobre outras construções pensadas e produzidas para cercear psicologicamente e fisicamente pessoas africanas e afro-brasileiras, forçadas ao longo dos 388 anos de regime escravocrata. Sobre essas arquiteturas podemos, preliminarmente, pensar e apontar: os portões da escravidão em África, os portos de embarque e desembarque e respectivas alfândegas, os mercados usados para compra e venda de escravizados, as enxovias² da mineração, os porões dos sobrados urbanos etc., Apesar de serem veículos de transporte, até os porões dos próprios navios tumbeiros poderiam ser pensados nesse escopo do confinamento.

Sobre o tipo de arquitetura histórica de confinamento que nos debruçamos, contamos com o auxílio do professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador Geraldo Gomes, autor do livro *Engenho e Arquitetura* (2006) e do professor e pesquisador Günter Weimer, autor de *Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura* (2014), para tomarmos algumas características construtivas e simbólicas, importantes para essa leitura de memória, uma vez que a materialidade e a imaterialidade seguem intrínsecas. E de como essas construções rurais se articulavam com as outras componentes dos engenhos e fazendas coloniais. Citaremos um caso emblemático nesse processo de pesquisa: O engenho Massangana:

Esse engenho foi a moradia do abolicionista Joaquim Nabuco, até seus oito anos de idade. Essa vivência foi registrada no livro *“Minha Formação”* (NABUCO, 1998), no qual

² Sobre a mineração, e a vigilância sobre os escravizados para controlar o manejo das pepitas de ouro e pedrinhas de diamantes, Weimer (2014) afirma que *“isso impôs também uma convivência muito próxima entre senhores e escravos também fora dos limites físicos do local de trabalho. Tudo isso fez com que fosse desenvolvida uma alternativa de moradia da massa escravizada, a chamada ‘enxovia’ que passaria a ter importância muito grande a parte de então [...]”* (p. 177)



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

há menções sobre a presença dessa arquitetura histórica de confinamento, inclusive localizando-a em relação à casa grande e a capela:

A população do pequeno domínio, inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora, como todos os outros feudos da escravidão, compunha-se de escravos, distribuídos pelos compartimentos da senzala, o grande pombal negro ao lado da casa de morada, e de rendeiros, ligados ao proprietário pelo benefício da casa de barro que os agasalhava ou da pequena cultura que ele lhes consentia em suas terras. No centro do pequeno cantão de escravos levantava-se a residência do senhor, olhando para os edifícios da moagem, e tendo por trás, em uma ondulação do terreno, a capela sob a invocação de São Mateus. (1990, p. 180)

De acordo com a pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco/MEC e doutora em História pela UFPE, Sylvia Couceiro, esse engenho foi tombado pelo Estado de Pernambuco em 1984, denominado Parque Nacional da Abolição; quanto a casa grande e a capela de São Mateus foram restauradas e entregues em 2010, por iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco. (COUCEIRO, 2011)

Porém onde está a senzala (ou pelo menos sua presença memorial) do Engenho Massangana? Houve alguma prospecção arqueológica para delimitar a antiga localização dessa construção no terreno? Foram, justamente, as questões lançadas ao guia turístico do centro cultural, pela jornalista e professora da UFPE, Fabiana Moraes. Essas questões foram partilhadas durante uma palestra ministrada por Moraes, em 2017, realizada na Universidade Católica de Pernambuco, ao narrar sua vivência, enquanto realizava lá um trabalho foto jornalístico.

Sobre os planos de incorporar a senzala no processo de restauro do Engenho Massangana, foi possível identificar oficialmente que:

A segunda etapa, ainda em fase de negociação e planejamento, pressupõe a prospecção arqueológica do sítio histórico para melhor compreensão das partes que compunham o Engenho, a descoberta dos locais da senzala, da moita e do cemitério de escravos, além da implantação do centro de exposições temporárias e de equipamentos de apoio como uma livraria e um café. (COUCEIRO, 2011, p.10)

Mas como Fabiana Moraes fez essa apuração local sobre essa senzala do Engenho Massangana em 2017, partimos da identificação dessa ausência, que serviu de inquietação para toda essa presente pesquisa acadêmica sobre senzalas, dentro do campo da arquitetura e do patrimônio histórico.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
**Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil**

Imagem 1 – Casa grande (primeiro plano) e capela de São Mateus (segundo plano), arquiteturas restauradas do Engenho Massangana, em Pernambuco.



Fonte: Revista Continente/Léo Caldas³

O caso Massangana segue emblemático, uma vez que é um dos projetos de restauração de conjuntos históricos que não ofertam a mesma dedicação a todas as construções e memórias coloniais, já que o apagamento da senzala nesse contexto levanta diversas possibilidades, como o não valor atribuído pelas leis, pelas determinações técnicas e pela postura da gestão da salvaguarda cultural a esse tipo de arquitetura histórica de confinamento, que para além de encontrar informações sobre a materialidade, seria necessário compreendê-la pela sua imaterialidade - por não ser mais tangível, de acordo com a hipótese de que essa construção não resistiu ao longo do tempo pela sua fragilidade construtiva da taipa de mão (GOMES, 2006) - ambas carregam as complexidades dessa presença negra forçada nesse contexto.

Outras possibilidades, que justificariam esses apagamentos das senzalas, especialmente dentro do campo da salvaguarda patrimonial cultural, podem ser tensionadas, como o interesse em não ter que lidar com os tantos usos violentos e

³ Disponível em < <http://revistacontinente.com.br/edicoes/119/massangana--a-casa-do-menino-deengenho-restaurada>> acesso em 11 de out de 2020



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

complexos dessa arquitetura histórica de confinamento. Inclusive, essas recusas de entender a senzala por toda sua conjuntura alimentam as bases para uma série de desigualdades sociais, raciais, urbanas etc. desdobradas e materializadas na contemporaneidade brasileira:

[...] as chamadas senzalas, têm sido pouco valorizados na preservação de nosso patrimônio arquitetônico. Poucos são os exemplares que se encontram preservados. As senzalas tenderam a desaparecer deixando no esquecimento a "vergonha" do uso de outrora" (ZAKIA. 2005. p. 1).

E quando as senzalas aparecem, aqui, como memória e principalmente como memória indesejada o diálogo ganha pauta dentro do delicado campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Esse tensionamento necessário segue através do conceito de *Necromemória* (2020), lançado através de um ensaio escrito pelo historiador e mestre em história política e bens culturais pelo centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Vandelir Camilo. *Necromemória* (2020) parte do conceito de *Necropolítica* (2018) do filósofo, teórico político, historiador e professor camaronense Achile Mbembe, e da compreensão de genocídio, pensadas a fim de chegar nesse novo conceito, voltado especificamente aos sistemáticos apagamentos das memórias negras coloniais, seja sobre as presenças negras e de fatos atrelados a essas marcas africanas e afro-brasileiras na história do Brasil. Pode ser compreendida, então, como uma "*política pública de Estado*" (CAMILO, 2020, p. 9) uma vez que:

"É a expressão do poder e a capacidade de determinado Estado (necropolítica e necropoder) manipular as construções, as representações e os destinos políticos de determinado grupo, a partir das interações do passado com o qual esse grupo terá acesso mantendo constante a mortificação de determinadas memórias" (CAMILO, 2020, p. 9)

Neste caso, o recorte desse tipo de memória que mais enfrenta esses processos de apagamentos são o dos grupos mais vulneráveis como os indígenas, as camadas mais pobres da sociedade e os negros (CAMILO, 2020). Como nosso recorte abrange apenas esse último grupo social, a *necromemória* consiste em "*como e a partir de quais enquadramentos a memória negra brasileira será atualizada*" (CAMILO, 2020, p.10) ou seja, por ser decidida e projetada por grupos dominantes, sem dúvidas "*é um projeto da elite econômica, política, social e acadêmica brasileira*" (CAMILO, 2020, p.10)



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Como componente essencial da memória escravocrata, como materialização das relações hierarquizadas da colonização, as senzalas enfrentam processos em suas narrativas memoriais construídas, sustentadas por três categorias de análise: os apagamentos, as romantizações e as distorções, sendo essas encontradas em muitas das imagens históricas forjadas e na perspectiva coletiva da qual a sociedade brasileira compreende essa memória colonial, ao longo dos anos pós-abolição. Nesse quesito, o mito da democracia racial atravessa a estrutura dessas três categorias citadas.

Imprescindível ingressar nesse escopo do mito da democracia racial sem abordar o livro *O genocídio do negro brasileiro* (2018) do ator, diretor, ativista, poeta, artista plástico e dramaturgo Abdias Nascimento. Ao apontar para os “*beatos dessa tese*” (2018, p.66) emergente em meados dos anos 1930, Nascimento refere-se como fundador o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, autor do livro *Casa Grande & senzala*, publicado pela primeira vez em 1933 – um forte exemplo de literatura que fabulou o Brasil colônia, mitigando as violências, romantizando camadas dessa história escravocrata.

Nascimento traduz a ideia desse mito da seguinte forma: “*postula o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos.*” (2018, p. 66), ou seja, esse mito fortalece uma série de apagamentos, distorções e romantizações quando reduz o racismo, as violências e as desumanizações ocorridas durante a colonização no Brasil, e que atingiu grupos explorados - negros e indígenas - e segue reverberando sobre quem carrega essas ancestralidades, através do conjuntos de fenótipos.

Já quanto ao conjunto de escritos intelectuais da historiadora, militante, feminista negra, professora universitária Lélia Gonzalez, vamos destacar o artigo importante *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), que também discute o mito da democracia racial, uma vez que “[...]*oculta algo para além daquilo que mostra*” (GONZALEZ, 1984, p. 228), ou seja, ela nos provoca ao olhar sobre como esse mito interfere nos processos de fabular memórias e corroborar com distorções, romantizações e apagamentos de trechos de histórias da colonialidade e da diáspora forçada de pessoas africanas.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Sobre essa leitura da história colonial forjada, a estadunidense, escritora e professora da Universidade de Columbia, Saidiya Hartman (2008) colabora, nesse processo analítico, quando partilha uma análise sobre as narrativas históricas escravistas e a relação com as fabulações nos arquivos considerados oficiais. Uma vez que esses arquivos institucionalizados seguem fortemente creditados em seus formatos e conteúdo, portanto, pouco questionados, pelo poder atribuído aos mesmos. Porém, Hartman subverte essa lógica a partir do momento que percebe uma série de interesses de quem os elabora, de quem os firma oficiais. Assim, identifica-os como ficções:

A verdade é que minha própria escrita não é capaz de exceder os limites do que é ditado pelo arquivo. Depende de registros legais, ensaios de cirurgiões, livros de contabilidade, manifestos de navios e registros do capitão e, nesse sentido, falha no silêncio do arquivo e reproduz suas omissões. A violência irreparável do comércio de pessoas no Atlântico reside precisamente em todas as histórias que não conhecemos e que nunca podem ser recuperadas. Esse obstáculo formidável ou impossibilidade constitutiva define os parâmetros do meu trabalho. (HARTMAN, 2008)

O respeito às lacunas prevalece nesse trabalho de contra narrativa, a fim de *“derrubar a hierarquia do discurso autoritário com o choque de vozes”* (HARTMAN, 2008), todavia, sem preencher nenhum desses espaços, pois *“preocupada com a ética da representação histórica”* (HARTMAN, 2008), ao analisar esses mesmos arquivos, Hartman compreende a humanidade dos escravizados que atravessam esses registros. Sobre a presença documentadas, Hartman afirmou: *“quero fazer mais do que narrar a violência que esses vestígios depositaram no arquivo”*. (2008), ou seja, ela vai além quando remonta as narrativas históricas nas entrelinhas, tocando em diversas camadas, não só sobre as privações e crueldades impostas sobre essas pessoas.

De toda forma esse estudo sobre senzalas não pretende preencher lacunas, mas pretende iluminar os equívocos, destacar e questionar os apagamentos, as narrativas romantizadas em meio a um contexto de escravidão, ou seja, de desumanidade imposta por brancos sobre negros, perceber as distorções que conduzem perspectivas superficiais sobre essas arquiteturas históricas de confinamento. Aqui pretendemos



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

pensar e analisar sobre esses caminhos que formam as senzalas brasileiras como memória, considerando suas implicações na contemporaneidade.

Voltando ao caráter político que essa pesquisa carrega por si só, podemos pensar, também, na existência de um ponto nodal entre essa arquitetura histórica e a série de disputas de poder, através dos registros oficiais coloniais e suas narrativas históricas, ou seja, vale pensar em quem detém esse poder narrativo, e pensar nos critérios, privilégios e interesses que estruturam esse poder, assim seria possível compreender a perpetuação dos apagamentos, das romantizações e das distorções que atravessam essas memórias das construções coloniais sobre as presenças africanas:

Assim, a arquitetura, enquanto produção espacial, também reflete esta relação de poder, especialmente, quando analisamos os escritos sobre um determinado período do fazer arquitetônico, que representam o olhar de um grupo social específico e de um contexto político, econômico e cultural. (NOGUEIRA E PASSOS, 2017, p. 105)

E aqui podemos conversar diretamente com o conceito de Epistemicídio (2005), de autoria da filósofa, escritora e ativista brasileira, Sueli Carneiro. Pensando na formação de arquitetos urbanistas e outros profissionais, especialmente dentro do campo da preservação da salvaguarda material e imaterial, é mais do que necessário focar na desmistificação das memórias coloniais. Aqui, o *epistemicídio* nos ajuda a compreender a necessidade de desmistificar as romantizações, lidar com os apagamentos e buscar reverter, na medida do possível, as distorções desse dessas memórias dentro da história da arquitetura e do urbanismo brasileiros, já que “*são as desigualdades raciais naturalizadas no âmbito da educação que se apresentam como efeitos de poder*” (CARNEIRO, 2005. p. 112).

Pensando em epistemicídio, voltamos a expressão distorcida e romantizada “*habitação de escravos*” (AZEVEDO, 1990; GOMES, 2006), temos mais uma identificação de um sintoma derivado desses processos narrativos e que atravessam gerações. Aqui, na literatura acadêmica do campo da história da arquitetura e do urbanismo, que é uma disciplina fundamental para formação de novos profissionais, essa expressão aparece sem constrangimentos e por muitos autores e autoras de grande respaldo na área.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Interessante levantar o seguinte trecho romantizado e distorcido: *“Evidentemente, aqui cometeu um equívoco ao identificar ‘senzala’ com ‘habitação de escravos’. A senzala é apenas um tipo de habitação de cativos”* (WEIMER, 2014, p. 197), ou seja, Weimer insiste no equívoco de apontar a senzala como habitação, ele apenas defende que existiriam outras *“habitações de escravos”*. O exercício de entender senzalas demanda uma leitura expandida sobre a pluralidade de camadas as compõem, uma vez que essas construções condicionadas a esse mito, ainda vigente, tende a direcionar esse tipo de arquitetura histórica de confinamento a uma visão apenas violenta ou romantizada. Quando as senzalas são, de fato, extremamente complexas.

As senzalas foram, também, espaços de resiliência e de produções culturais, onde seres humanos, confinados, resistiam pelas próprias vidas, pela manutenção de suas identidades, sociabilizações, memórias ancestrais, resistências através de muitas criações e recriações culturais. Não pretendemos aqui citar todas essas criações, não é possível contemplar todas e suas complexidades em relação à senzala, mas podemos mencionar brevemente algumas dessas.

Por exemplo, são em algumas senzalas onde ganha força a capoeira, uma vez que as lutas eram lá proibidas pelos senhores escravistas – e essa manifestação segue registrada como patrimônio do Estado da Bahia e reconhecida desde 2014 como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); onde o jongo, como dança que segue uma tradição africana, ressurgiu em muitas senzalas do sudeste do país, registrado como patrimônio imaterial pelo Instituto do patrimônio histórico artístico nacional (IPHAN), desde 2005:

No amplo terreiro próximo às senzalas, eles [os escravos] jogavam água sobre suas cabeças e rostos, umedecendo e esfregando braços, pernas e tornozelos. Os retardatários apareciam na porta das senzalas murmurando o jongo que haviam composto e que satirizava o supervisor tocando o sino (IPHAN, 2007, p.26)

Como exemplar de saberes religiosos de matriz africana, que atravessaram secretamente as senzalas e outras arquiteturas históricas de confinamento, e resistiram à escravidão brasileira, podemos mencionar o culto aos Eguns e a construção de templos peculiares no século XIX e XX, o *Omo Ilê Agboulá*, construído nos anos 1940 na Ilha de



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações etno-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Itaparica, Bahia, uma vez que: “*Vem a ser um dos poucos exemplares remanescentes no Brasil das sociedades secretas que constituíam as sociedades iorubás, que sobreviveu ao cativo durante a escravidão e, posteriormente, às perseguições policiais.*” (VELAME, 2019, p. 23)

Para provocar essa leitura cuidadosa e aprofundada da memória das senzalas, no campo da salvaguarda, faz-se necessário entender outras facetas desse sistema institucional de gestão de memórias coletivas, ou seja, como este passou a ser conduzido no Brasil ao longo do século XX e atinge o XXI, seus porquês, e como vêm ganhando, aos poucos, novos formatos sobre a incorporação de memórias coloniais nos interesses da salvaguarda. Trazemos um pouco do conceito do *Racismo Institucional* a fim de tensionar, dentro do possível neste breve texto, o lugar dessas memórias indesejadas e o funcionamento das instituições da salvaguarda cultural, em todos os níveis:

[...] compreenderemos o racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeit@s nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. (GELEDÉS, 2016, p. 17)

Ou seja, quando se permite entender que esse sistema de opressão atravessa toda estrutura brasileira, obviamente as instituições não escapariam dessa dinâmica que hierarquiza saberes, práticas, manifestações, arquiteturas etc. Voltando ao caso do Engenho Massangana e a fundação Joaquim Nabuco, como exemplo, mas pensando em outras instituições semelhantes, e outros casos de engenhos e fazendas coloniais restauradas e reutilizadas: Dentro do conjunto de arquiteturas coloniais brasileiras, o que interessa ser restaurado? Quais as simbologias que compõem uma casa grande e uma capela, eleitas em primeira instância, para serem restauradas e reabertas à sociedade como partes de um centro cultural? O que implicaria resgatar essa arquitetura da senzala, mesmo que através da arqueologia?



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
**Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil**

Como já compreendido, através de outros pesquisadores aqui levantados, não é uma leitura simples, mas o esforço de trazê-lo para esse escopo encaixa na discussão dos apagamentos, das distorções e das romantizações da memória das senzalas, como processos de um grande projeto político de Estado, e que atravessa firme, décadas pós abolição, justamente através da manutenção sistemática de desigualdades raciais, que determina os lugares do que deve ser salvaguardado do que deve ser esquecido (ou manipulado):

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. (GELEDÉS, 2016, p. 17)

Daqui, passa a ser interessante mencionar o recente fenômeno político e social, divulgado pela grande mídia e pelas redes sociais, tanto no Brasil quanto em outros países, ao longo do ano de 2020, que consiste na derrubada de estátuas de personagens escravistas, por grupos civis locais, sendo muitas de representações derrubadas – e até destruídas - de supostos heróis históricos colônias e brancos. Uma postura que almeja uma reparação histórica, de mirada sobre parte de um desmonte coletivo de narrativas hegemônicas. Esse fenômeno está levantando uma série de debates sobre a manutenção e retirada (até destruição) dessas esculturas e artefatos.

Esse fenômeno de derrubadas de figuras escravistas, em diversas cidades pelo mundo, nos instiga, também, a pensar sobre nosso objeto de estudo, na medida dos apagamentos. Em certa medida as senzalas já foram propositalmente derrubadas; reutilizadas (após readequações) para alojar imigrantes europeus que chegavam no Brasil para servir como mão de obra remunerada – principalmente para o cultivo do café, em diversas fazendas no sudeste do país; outras foram abandonadas, e assim muitas não resistiram ao longo do tempo pela fragilidade da taipa de mão, técnica muito utilizada, principalmente, para compor essas primeiras construções (GOMES, 2006; WEIMER, 2014).

Contudo, essas derrubadas, esses abandonos e reutilizações dessas arquiteturas históricas de confinamento seguem uma lógica inversa às derrubadas das estátuas escravistas. Obviamente temos duas naturezas de objetos simbólicos diversos, sendo as estátuas representando personas de poder escravocrata e as senzalas materializando



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações etno-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

o a condição forçada dos escravizados africanos e afro-brasileiros em âmbito rural. Mas não podemos esquecer que essa relação de senzala ultrapassa o campo e condiciona as configurações urbanas e as desigualdades raciais e de gênero, materializadas nas arquiteturas e nos espaços públicos.

A derrubada de estátuas vem suscitando uma série de debates contemporâneos sobre apagamentos históricos. Sobre até qual medida, onde e como e se ainda poderia manter esses símbolos do poder colonizador nas cidades. De toda forma pensar sobre essas derrubadas de figuras escravistas, esculpidas e erguidas por muitas cidades, nos impulsiona a pensar sobre o que e como as memórias escravistas devem ser socialmente encaradas, convocando a responsabilidade sobre o impacto dessas leituras coletivas e sobre os repasses para as futuras gerações.

Obviamente essa memória indesejada dessa arquitetura rural passa a ser rebatida, na prática, nas imagens e marcos urbanos. Esse nem pretende ser destaque nessa pesquisa, mas vale mencionar, estamos falando de casos de empreendimentos *senzala*, como motéis, restaurantes etc., que aparecem nas cidades brasileiras, principalmente cidades fundadas pela colonização europeia e pela presença apagada africana e afrobrasileira na formação dessas cidades.

A respeito desses apagamentos, através do artista e ativista Douglas Aparecido, obtemos informações como isso acontece, tendo o caso de Ouro Preto, que foi uma cidade colonial marcada pela mineração, localizada no Estado de Minas Gerais. Nesse sentido da presença negra na história colonial, os apagamentos aparecem como aplicação de um projeto político, social e cultural. Aparecido afirma que:

“Quando (vo)cê pensa em Ouro Preto, (vo)cê pensa em igreja né? cê não consegue identificar essa presença negra na cidade. E creio que isso tem muito a ver com o processo de invenção do que vem a ser o barroco mineiro né? que é uma ... construção feita pelos modernistas, né? então a gente tem como marco, por exemplo, o “Guia de Ouro Preto”, feito pelo Manuel Bandeira. Então ele vai trazer essa ideia de cidade-relicário, a cidade pérola do barroco, a joia portuguesa brasileira. Mas, em momento algum...essas pessoas que vêm fazer esse reconhecimento, eles conseguem identificar a cidade como um grande centro de mineração, exatamente porque eles não tinham fôlego, eles não tinham conhecimento suficiente pra perceber a cidade a partir desse ponto de vista. E aí quando se reconhece essa cidade como esse centro de mineração, automaticamente (vo)cê vai ter que valorizar as pessoas que desenvolveram esse processo de mineração, que foram os africanos.” (APARECIDO, 2018, OLIVEIRA, 2020)



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

E no mesmo depoimento de Aparecido segue a desmistificação da ideia de Ouro Preto como cidade de bases portuguesas, uma vez que não se pode mais negar a forte e fundamental presença negra africana e afro-brasileira, ao longo de toda a construção e a implantação de tecnologias africanas diversas nessa cidade, pois pesquisas já estão revelando essas presenças, fora os registros orais das pessoas negras mais velhas, descendentes desses verdadeiros construtores das cidades coloniais:

“...Então assim, uma pergunta que eu quero deixar assim: Ouro Preto é patrimônio cultural da humanidade. Por quê? Porque ele tem um conjunto arquitetônico preservado que se diz português. Quando eu falo ‘se diz’ eu não tô...menosprezando o trabalho dos portugueses, mas eu gostaria de trazer a atenção porque quem vai construir essas casas? [...] Como Dou (Eduardo Evangelista) falou né? quem tá com a ferramenta na mão e quem tá pensando a execução dessa ferramenta, né? E aí cê pensa que aqui foi extraída essa quantidade absurda de ouro e que esse ouro... ele mudou a formação geopolítica do mundo.” (APARECIDO, 2018, OLIVEIRA, 2020)

A relação casa-grande senzala é uma das que alimentam disputas de poder entre raças, obviamente não é a única que sintetizaria todas as complexidades do Brasil, da diáspora forçada e de todos os sistemas implantados a partir da colonização europeia. Os apagamentos das presenças negras na formação de cidades coloniais, e uma significativa parte da aplicação de técnicas e tecnologias construtivas africanas, seguem por muitos anos propositalmente mantidos nessas mesmas narrativas históricas. Lélia Gonzalez, ao direcionar uma análise sobre o lugar da mulher negra, racismo e essa ideia de que existe uma cordialidade de relações entre raças e gêneros no Brasil e na formação da cultura nacional, compreendeu que:

Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E, se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira, a gente saca que, em suas manifestações mais ou menos conscientes, ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (1984, p. 226)

A partir desses apagamentos das marcas africanas na cultura brasileira, mesmo partindo de uma discussão imersa no âmbito de gênero e raça no país, entende a necessidade de pensar, também, sobre a noção de consciência e a de memória, e assim Gonzalez traz essas seguintes definições de cada uma delas na sociedade, destacando como funcionam de modos diferentes:

“Como consciência, a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. A consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala por meio das mancas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das suas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo para a nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela para tudo nesse sentido. Só que isso tá aí...e fala. (GONZALEZ, 1984, p 226)

Considerações finais:

Daqui apontamos que ao tomar partido de três categorias de análise – os apagamentos, as distorções e as romantizações – estruturadas pelo mito da democracia racial, podemos localizá-las em exemplos de práticas institucionais no campo da salvaguarda de bens culturais no Brasil, sem esquecer os interesses das mesmas instituições, uma vez que têm muito influência sobre a escolha do será preservado; e nos registros escritos em livros de história da arquitetura colonial brasileira.

Deste modo podemos compreender um pouco mais como a formação da memória dessa arquitetura histórica de confinamento vem sendo forjada e mantida. Para isso apresentamos alguns casos que ilustram o funcionamento dessas categorias juntamente através de questionamentos e tensionamentos com escritos de intelectuais negros no país.

A pesquisa segue em andamento, já voltada para a conclusão dessa etapa, materializada através do modelo de dissertação acadêmica. De toda forma é necessário chamar atenção para a complexidade que atravessa essa arquitetura, que não pode ser compreendida pelo caráter do habitar, contudo, guarda uma série de manifestações culturais africanas e afro-brasileiras de grande significância, muitas permanecem vivas. Aqui não houve a pretensão de aprofundar sobre todas essas manifestações e criações africanas e afro-brasileiras, que ocorreram dentro e nos entornos de muitas senzalas de engenhos e fazendas coloniais escravistas, por outro lado essa percepção de que a senzala vai além de ser um tipo de arquitetura de cerceamento e violências. São diversas camadas de vida e morte que perpassam sua materialidade e história.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Referências bibliográficas

APARECIDO, Douglas. A história de Ouro Preto que ã é contada. Entrevista concedida ao canal Jesus Insurgente. 23 de fev. de 2018. Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=X8UcqpW8isY> > acesso em 17 de jun. 2020. 00:12:19

_____. A história de Ouro Preto que ã é contada. Entrevista concedida ao canal Jesus Insurgente. 23 de fev. de 2018. Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=X8UcqpW8isY> > acesso em 17 de jun. 2020. 00:13:17

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. Arquitetura do açúcar. Engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial. Editora Nobel. São Paulo, 1990.

CARNEIRO, Aparecida Suely. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. (Tese de Doutorado). Cap.3 - Do Epistemicídio. São Paulo. FEUSP, 2005 (p. 96124)

COUCEIRO, Sylvia Costa. (Re) construindo histórias: o projeto de restauro e requalificação do Engenho Massangana (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011

GELEDÉS - Instituto da mulher negra. Racismo institucional. Uma abordagem conceitual. ONU Mulheres, 2016. p. 17. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-RacismoInstitucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>> Acesso em 15 de out. de 2020.

GOMES, Geraldo. Engenho e Arquitetura. FUNDAJ. Editora Massangana, Recife, 2006. 416p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

HARTMAN, Saidiya. Venus in two acts. Small Axe, Vol. 12, nº 2. Venus en dos actos - Tradução de Saidiya Hartman. 2008. Disponível em <https://hemisphericinstitute.org/pt/emisferica-91/9-1-essays/venus-en-dosactos.html#_edn38 > acesso em 7 de jul. de 2020

IPHAN. Dossiê IPHAN 5: Jongo no Sudeste. 2007. Brasília, DF. p. 26. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf> Acesso em 30 de out. de 2020.

NABUCO, Joaquim. Minha Formação. Senado Federal, Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília- DF, 1998. p. 180. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1019/192204.pdf?sequence=4&isAllowed=y>> acesso em 13 de out. de 2020.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva. São Paulo. 4ª edição, 2018. p. 66.

NOGUEIRA, Rodrigo. PASSOS, Flora. Arquitetura tradicional de Ouro Preto: preciosa por ser negra. Anais eletrônicos do encontro internacional do grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas e urbanismos do sul – maloca. v.1, nº1. 2017. Disponível em <<https://revistas.unila.edu.br/anaismaloca/article/view/947/770> p. 104> acesso em: 20 de jun de 2020.

OLIVEIRA, Bárbara M. C. de. Senzalas: memória indesejada. PPG-AU Universidade Federal da Bahia. Projeto de pesquisa (dissertação acadêmica). 2020.

VELAME, Fábio Macedo. Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: o Omo Ilê Agboulá: um templo do culto aos Eguns no Brasil. PPG-AU. Salvador, EDUFBA, 2019. p. 23.

WEIMER, Günter. Inter-Relações Afro-Brasileiras na arquitetura. EDIPUCRS, Porto Alegre. 2014. p.173-206. Disponível em <<https://revistas.unila.edu.br/anaismaloca/article/view/947/770> p. 104> acesso em: 20 de jun de 2020.